

Na área externa, o governo obteve mais um trunfo ontem, como você verá nesta página. Internamente, porém, as coisas não vão tão bem. Na 7.

Dívida: um acordo até o ano 2008.

**O pagamento do principal da dívida foi reescalonado por 20 anos, anunciou Maílson (desenho).
Mas os juros continuam sendo pagos e tudo ainda depende do acerto final.**

Os bancos credores do Brasil aceitaram reescalonar o total da dívida do País, com as instituições privadas por um prazo de 20 anos, com carência de oito anos e um spread de 0,8125%, informou ontem o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. O reescalonamento irá portanto até o século XXI — e o limite final do acordo é o ano 2008. "Vamos vencendo as negociações ponto a ponto, o que nos renova a esperança de conseguir o acordo final", disse Maílson. Em São Paulo, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, confirmou que o País pagou uma parcela de US\$ 520 milhões de juros.

O ministro informou que esses 20 anos são um ponto importante no processo de negociação do acordo de médio prazo, que ele espera ver fechado até o fim do mês. Pelo entendimento anunciado ontem, os credores vão reescalonar US\$ 63,2 bilhões, que correspondem a 95% da dívida brasileira com os bancos privados, calculada em US\$ 67,6 bilhões.

Esse montante inclui contratos que vencem de 1986 a 1993 e exclui apenas os vencimentos a partir de 1994, que correspondem a 5% do total. O Brasil começará a amortizar os US\$ 63,2 bilhões em 1996, pagando 2% da dívida — percentual que vai subindo gradativamente até atingir 10% do

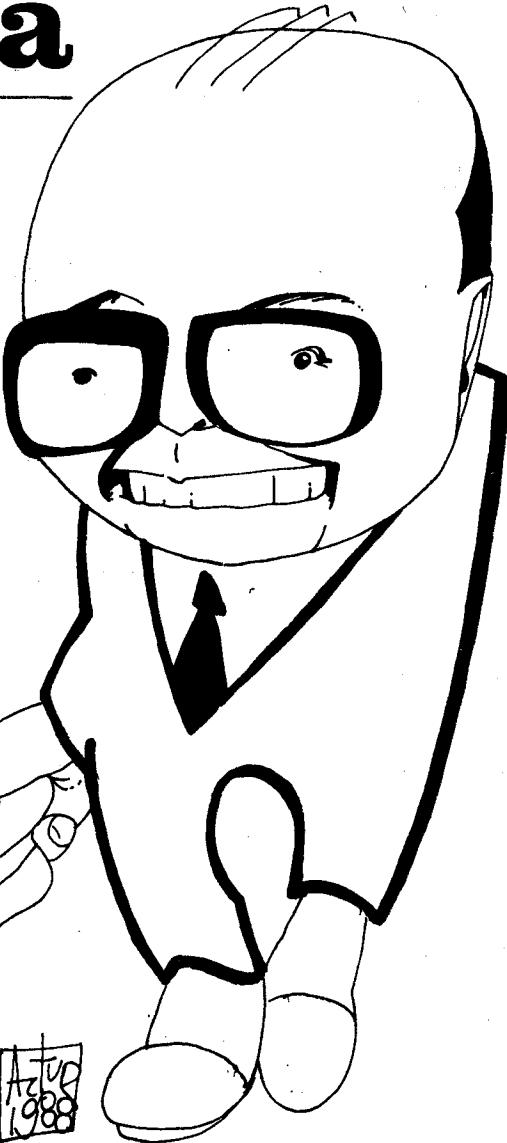
total em 2008. Até 1997 o Brasil paga apenas os juros, além de algumas parcelas do principal como um sinal de que está decidido a cumprir o acordo. Mas o ministro da Fazenda não soube dizer quantas parcelas seriam, nem qual seu valor.

Acordo final

Todas essas condições dependem do fechamento do acordo final de médio prazo, que inclui, além do reescalonamento do principal, o refinanciamento dos juros vencidos desde o início da moratória, em fevereiro de 87, até o primeiro semestre de 89.

As condições preliminares para o acerto dos juros foram definidas na semana passada: um montante de US\$ 5,8 bilhões, incluindo os US\$ 3 bilhões acertados no ano passado pelo ex-ministro Bresser Pereira, somados a US\$ 600 milhões para a recomposição das linhas de crédito comercial de curto prazo. O spread acertado é também de 0,8125, que representa uma redução substancial sobre o spread médio de 1,6% que o Brasil paga hoje.

Maílson disse que o reescalonamento do principal é importante porque vai aliviar significativamente a carga da dívida sobre o setor público. "A União, governadores, prefeitos e dirigentes de empresas



estatais só precisarão se preocupar com o pagamento de juros, nos próximos oito anos. Este acordo permitirá uma grande reestruturação da dívida do setor público", afirmou o ministro.

No aeroporto de Cumbica, onde desembarcou procedente de Nova York, o presidente do Banco Central e principal negociador da dívida, Fernando Milliet, confirmou ontem que o Brasil pagou aos bancos comerciais credores US\$ 520 milhões correspondentes aos juros vencidos na segunda quinzena de janeiro e em fevereiro. E disse esperar que em duas ou três semanas o acordo final sairá.

Milliet mostrou-se otimista com o prazo definido para o pacote de médio prazo, dizendo acreditar que é um esquema com fluxo de caixa bem montado, com pagamentos progressivos. Afirmou que, pela primeira vez, um país definiu o montante de financiamento sem a prévia autorização do FMI. Quanto ao Fundo, o acordo deverá ser negociado a longo prazo.

Também garantiu que o acordo trará dinheiro novo ao País, prevendo o ingresso de recursos sob duas formas: "mecanismos que foram negociados para dar maior segurança às linhas de curto prazo e empréstimos novos que serão feitos, totalizando US\$ 6,5 bilhões".